Opinião Socialista

Ano XI - Edição 316 - Colaboração: R$ 2 - De 27/09 a 03/10/2007 - www.pstu.org.br

É POSSÍVEL DERROTAR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA DO GOVERNO

Todos a Brasília na Marcha do dia 24 de outubro

GOVERNO COMPRA VOTOS DOS DEPUTADOS PARA APROVAR CPMF

Página 4

CORINTHIANS-MSI: MAIS UM TRISTE EXEMPLO DA MERCANTILIZAÇÃO DO FUTEBOL

Página 11

MERCENÁRIOS NO IRAQUE: UMA FORÇA INDISPENSÁVEL PARA BUSH

Página 12

UM JÁ FOI – Depois de uma avalanche de denúncias de corrupção e lavagem de dinheiro, o presidente do Corinthians, Alberto Dualib, deixou seu cargo na semana passada. Enquanto isso no Senado...

SENHORES – Senadores desqualificaram uma operação de libertação de escravos feita por fiscais do trabalho. Em junho foram libertados 1.064 trabalhadores em uma fazenda do Pará.

DEFESA I

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), terá que escolher um novo advogado para se defender nos três processos por quebra de decoro parlamentar a que responde no Conselho de Ética. O advogado de Renan, Eduardo Ferrão (ligado a Nelson Jobim), deixou a sua defesa e alegou "excesso de trabalho". Com tanta corrupção, realmente defender Renan deve ser muito estafante.

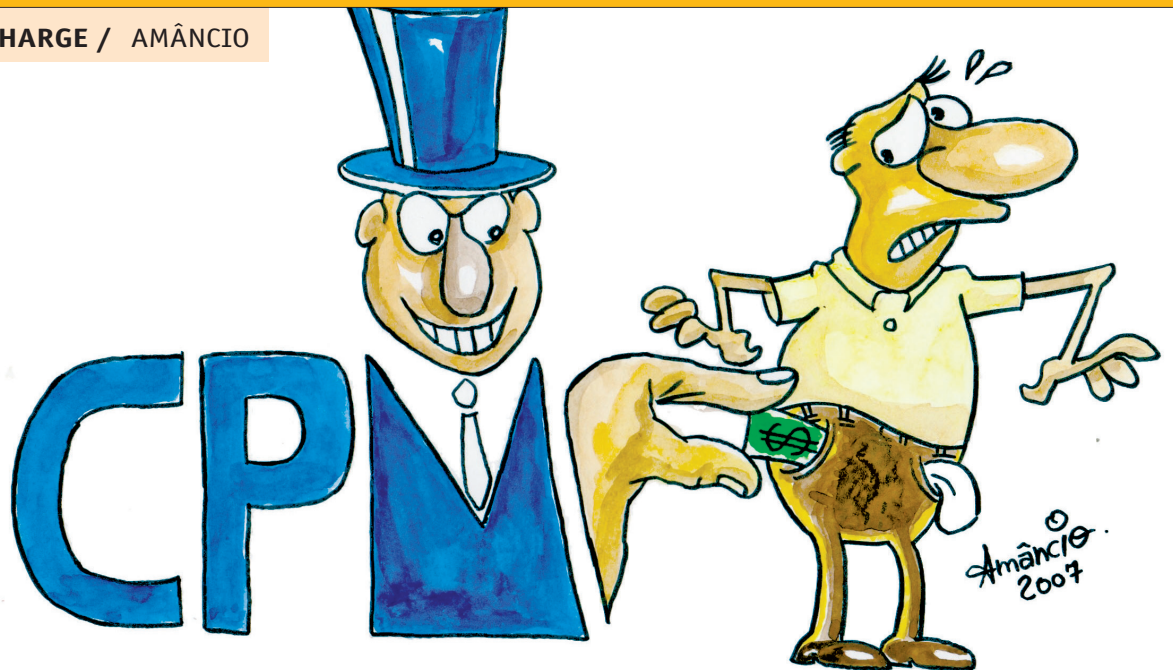
PÉROLA

Sou inocente e a inocência conta muito

RENAN CALHEIROS, presidente do Senado, na maior cara-de-pau, digna de Paulo Maluf, dizendo que não está "nem aí" para os próximos processos contra ele
(*Jornal das 10/ Globo News – 20/09*).

DEFESA II

No último dia 21, o portal do PCdoB publicou com um orgulho indisfarçável uma entrevista "exclusiva" com Renan Calheiros. A entrevista é recheada de pérolas e pontuada por juras de inocência. Em certa altura, Renan mostra toda sua cara-de-pau ao falar sobre o fato do Senado ter livrado a sua cara: "a minha absolvição não veio, de forma alguma, na contramão da opinião pública". O que parece uma piada de mau gosto, na verdade foi mais uma ação do partido para defender o senador corrupto contra "as manipulações da imprensa". Parece que o PCdoB deseja se candidatar à vaga deixada por Eduardo Ferrão...

CHARGE / AMÂNCIO

CORROSÃO SALARIAL

A escalada da inflação já compromete a renda média dos brasileiros. Uma investigação realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada no dia 20 de setembro, mostrou que o rendimento dos trabalhadores recuou, em agosto, pelo terceiro mês consecutivo. O rendimento real, corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), mostra perda de R$ 5,23 no salário médio. Mas os números nominais - que desconsideram a inflação - ainda constatam aumento de R$ 1.108,30 para R$ 1.109,40 no salário médio do trabalhador.

DE BOCA ABERTA

A Guarda Municipal do Rio de Janeiro colocou em seu edital de concurso uma exigência no mínimo inusitada. Exige-se que o candidato tenha, no mínimo, 20 dentes. Dez em cada arcada, é bom que se diga. A exigência gerou indignação. Segundo o Ministério da Saúde, estima-se que, de cada 10 pessoas, três não possuam nenhum dente. Uma pessoa de classe alta possui, em média, 25 dentes. De classe média, 20. Já os mais pobres possuem a média de 16 dentes. Em tempo: o salário inicial de um Guarda Municipal no Rio é de R$ 541,55.

Guerra aberta nos rodoviários do Ceará

***FÁBIO JOSÉ E GIAMBATISTA BRITO**, do Ceará*

O Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários do Estado do Ceará (Sintro) já foi referência de luta no estado. Porém, a última eleição para a diretoria da entidade vem sendo questionada política e judicialmente há quase dois anos. A chapa ganhadora, da situação, foi inscrita com membros inelegíveis, sendo que um deles nem é da categoria. Junto com o banditismo que se apossou do sindicato há quase duas décadas, também estão os métodos da intimidação, perseguição às oposições, agressões e até mesmo eliminação física.

A Conlutas, através do grupo de oposição "Resgate", com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, denuncia o gangsterismo que se apossou do Sintro. Recentemente, a Justiça julgou procedente a reclamação quanto à inelegibilidade de dois dos diretores. Além disso, a Procuradoria Regional do Trabalho assegurou que, diante da recusa do sindicato, a própria base pode convocar assembléia extraordinária para deliberar sobre novas eleições.

A reação da máfia foi imediata. Já ocorreram dois atentados contra os carros de som da Construção Civil. Vidros quebrados, pneus furados e dirigentes sindicais da Conlutas foram salvos por um triz da violência da bandidagem.

A situação é grave e exige o apoio e solidariedade de todos os lutadores e sindicatos combativos do país. Fazemos um chamado para que sejam enviadas moções de repúdio ao Sintro-CE, com cópia para o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, exigindo que cesse imediatamente a perseguição e os atentados e que seja convocada a assembléia da categoria.

SOLIDARIEDADE

SINTRO-CE
Avenida Tristão Gonçalvez, 1380, Centro (85) 3254-5569 – Fax (85) 3254-6159

STICCRMF-CE
Rua Agapito dos Santos, n° 480, Centro (85) 3281-1288
sindicato@sticcrmf.org.br

OPINIÃO SOCIALISTA
é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua dos Caciques, 265 - Saúde - São Paulo - SP - CEP 04145-000
Fax: (11) 5581.5776 e-mail: *opiniao@pstu.org.br*

CONSELHO EDITORIAL Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguena e Valério Arcary **EDITOR** Eduardo Almeida Neto **JORNALISTA RESPONSÁVEL** Mariúcha Fontana (MTb14555) **REDAÇÃO** Diego Cruz, Jeferson Choma, Marisa Carvalho, Wilson H. da Silva, Yara Fernandes **DIAGRAMAÇÃO** Carol Rodrigues **REVISÃO** Yara Fernandes **IMPRESSÃO** Gráfica Lance (11) 3856-1356 **ASSINATURAS** (11) 5581-5576 *assinaturas@pstu.org.br - www.pstu.org.br/assinaturas*

ENDEREÇOS

SEDE NACIONAL

Rua dos Caciques, 265
Saúde - São Paulo (SP)
CEP 04145-000 - (11) 5581-5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br
livraria@pstu.org.br
internacional@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - Rua Dias Cabral, 159. 1º andar - sala 102 - Centro - (82)9903.1709 *maceio@pstu.org.br*

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013 - Centro (altos Bazar Brasil) (96) 3224.3499 *macapa@pstu.org.br*

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823, Centro (92) 234-7093 *manaus@pstu.org.br*

BAHIA

SALVADOR - Rua da Ajuda, 88, Sala 301 Centro (71) 3321-5157 *salvador@pstu.org.br*
ALAGOINHAS - R. 13 de Maio, 42 Centro
IPIAÚ - Av. Lauro de Freitas, 282 Centro
VITÓRIA DA CONQUISTA Avenida Caetité, 1831 - Bairro Brasil

CEARÁ

FORTALEZA *fortaleza@pstu.org.br*
CENTRO -Av. Carapinima, 1700, Benfica (82) 254-4727
MARACANAÚ -Rua 1, 229 - Conjunto Jereissati 1
JUAZEIRO DO NORTE - Rua Padre Cícero, 985, Centro

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - Setor de Diversões Sul (SDS)- CONIC - Edifício Venâncio V, subsolo, sala 28 Asa Sul - (61) 3321-0216 *brasilia@pstu.org.br*

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA - *vitoria@pstu.org.br*

GOIÁS

GOIÂNIA - R. 70, 715, 1º and./sl. 4 (Esquina com Av. Independência) (62) 3224-0616 / 8442-6126 *goiania@pstu.org.br*

MARANHÃO

SÃO LUÍS - (98) 3245-8996 / 3258-0550 *saoluis@pstu.org.br*

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165, Jd. Leblon (65) 9956-2942

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921 Vila Planalto (67) 384-0144 *campogrande@pstu.org.br*

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE *bh@pstu.org.br*
CENTRO - Rua da Bahia, 504/ 603 - Centro (31) 3201-0736
BETIM - R. Inconfidência, sl 205 Centro
CONTAGEM - Rua França, 532/202 - Eldorado - (31) 3352-8724
JUIZ DE FORA juizdefora@pstu.org.br
UBERABA R. Tristão de Castro, 127 - (34) 3312-5629 *uberaba@pstu.org.br*
UBERLÂNDIA - R. Ipiranga, 62 - Cazeca

PARÁ

BELÉM *belem@pstu.org.br*
Tv. do Vileta, 2519 - (91) 3226-3377
ICOARACI - R. Pe. Júlio Maria, 403/1 (91) 227-8869 / 247-7058
CAMETÁ - Tv. Maxparijós, 1195, B. Novo
RONDON DO PARÁ - R. Ayrton Senna, 147 (94) 326-3004
SÃO FRANCISCO DO PARÁ - Rod. PA-320, s/nº (ao lado da Câmara) (91) 96172944

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - R. Almeida Barreto, 391, 1º andar - Centro (83) 241-2368 - *joaopessoa@pstu.org.br*

PARANÁ

CURITIBA - R. Alfredo Buffren, 29 sala 4

PERNAMBUCO

RECIFE - Rua Leão Coroado, 20 - Boa Vista - (81) 3222-2549

PIAUÍ

TERESINA - Rua Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO *rio@pstu.org.br* (21) 2232-9458
LAPA - Rua da Lapa, 180 - sobreloja
DUQUE DE CAXIAS - Rua das Pedras, 66/01, Centro
NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633 / 308 - Centro *niteroi@pstu.org.br*
NOVA FRIBURGO - Rua Guarani, 62 - Cordueira (24) 2533-3522
NOVA IGUAÇU - Rua Cel Carlos de Matos, 45 - Centro *novaiguacu@pstu.org.br*
SÃO GONÇALO - Rua Ary Parreiras, 2411 sala 102 - Paraíso (próximo a FFP/UERJ)
SUL FLUMINENSE *sulfluminense@pstu.org.br*
BARRA MANSA - Rua Dr Abelardo de Oliveira, 244 Centro (24) 3322-0112
VALENÇA - Pça Visc.do Rio Preto, 362/402, Centro (24) 3352-2312
VOLTA REDONDA - Av. Paulo de Frontim, 128- sala 301 - Bairro Aterrado
NORTE FLUMINENSE
MACAÉ - Rua Teixeira de Gouveia, 1766 (fundos) (22) 2772.3151 *nortefluminense@pstu.org.br*

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL
CIDADE ALTA - R. Apodi, 250 (84) 3201-1558
ZONA NORTE - Rua Campo Maior, 16 Centro Comercial do Panatis II
CURRAIS NOVOS - Rua Candido Mendes, 150, Centro

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE *portoalegre@pstu.org.br*
CENTRO - R. General Portinho, 243 (51) 3024-3486 / 3024-3409
ALVORADA - Rua Martin Lutero, 1370, Fundos - Vila Formosa - (51) 9284.8807
BAGÉ - (53) 8402-6689 / 3241-7718
PASSO FUNDO - (54) 9993-7180
RIO GRANDE - (53) 9977-0097
SANTA MARIA - (55) 84061675 / 3223-3807, *santamaria@pstu.org.br*

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - Rua Nestor Passos, 104, Centro (48) 3225-6831 *floripa@pstu.org.br*
CRICIÚMA - Rua Pasqual Meller, 299, Bairro Universitário, (48) 9102-4696 agapstu@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO *saopaulo@pstu.org.br* *www.pstusp.org.br*
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento (11) 3313-5604
ZONA NORTE -Rua Rodolfo Bardela, 183 V. Brasilândia (11) 3925-8696
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18 (próximo à Pça. do Forró) - São Miguel
ZONA SUL Santo Amaro – Av. João Dias, 1.500 - piso superior
BAURU - Rua Antonio Alves nº6-62 - Centro - (14) 227-0215 *bauru@pstu.org.br*
CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786 (19) 3235-2867 - *campinas@pstu.org.br*
FRANCO DA ROCHA - R. Coronel Domingos Ortiz, 423 - Centro *francodarocha@pstu.org.br*
GUARULHOS - *guarulhos@pstu.org.br*
Av. Esperança, 705 casa 2 Vila Progresso (11) 6441-0253
Av. João Veloso, 200 - Cumbica (11) 3436-8887
JACAREÍ - R. Luiz Simon,386 - Centro (12) 3953-6122
MOGI DAS CRUZES - Rua Engenheiro Gualberto, 53 - Centro - (11) 4796-8630
PRES. PRUDENTE - R. Cristo Redentor, 11 Casa 5 - Jd. Caiçara - (18) 3903-6387
RIBEIRÃO PRETO - Rua Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Eliseos (16) 3637.7242 *ribeiraopreto@pstu.org.br*
SÃO BERNARDO DO CAMPO - Rua Carlos Miele, 58 - Centro (atrás do Terminal Ferrazópolis) - *(11)4339-7186 saobernardo@pstu.org.br*
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS *sjc@pstu.org.br*
CENTRO - Rua Sebastião Humel, 759 (12) 3941.2845
ZONA SUL - Rua Brumado, 169 - Vale do Sol
SOROCABA - Rua Prof. Maria de Almeida, 498 - Vl. Carvalho (15) 9129.7865 *sorocaba@pstu.org.br*
SUZANO *suzano@pstu.org.br*
TAUBATÉ - Rua D. Chiquinha de Mattos, 142/ sala 113 - Centro

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto / Francisco José da Fonseca, 1538-b Cjto. Orlando Dantas (79) 3251-3530 *aracaju@pstu.org.br*

EDITORIAL

VAMOS DERROTAR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA DO GOVERNO

Começam a se avolumar nuvens de chuvas no horizonte do governo Lula, que podem se transformar em fortes tempestades. A primeira delas é a perspectiva de crise econômica, já anunciada pelo vendaval financeiro que sacudiu o mundo inteiro nas últimas semanas. Lula sabe que uma crise econômica pode mudar todo o panorama político do país: mesmo as migalhas distribuídas com fins eleitoreiros, como o Bolsa Família, estarão seriamente questionadas. Basta lembrar que a última crise econômica (1999-2001) foi a base material para o deslocamento importante da consciência dos trabalhadores e a vitória do próprio Lula nas eleições de 2002. Agora uma nova crise cíclica se aponta no horizonte, talvez já para 2008.

A segunda é a crise política desatada pelo caso Renan. O desgaste do Congresso, e em particular do Senado, é muito forte entre os trabalhadores e o povo. E, evidentemente, qualquer um pôde perceber a operação do governo Lula para salvar Renan, incluindo o PT e o PCdoB.

O governo paga o preço da coalizão com o PMDB, tendo que bancar Renan Calheiros. Necessita dessa aliança para votar a seu favor em temas impopulares como a CPMF e a reforma da Previdência. Aparentemente, acumulando ainda mais desgaste, Lula está conseguindo que o Congresso vote a prorrogação da CPMF. E a reforma da Previdência?

COMEÇA A SURGIR UMA NOVA DIREÇÃO

Antes de falar da reforma, vamos a uma terceira e ainda mais importante nuvem de problemas para o governo. Está surgindo uma nova direção para o movimento de massas, a partir da Conlutas. Isso já se evidenciou no primeiro semestre, em que a Conlutas, junto com a Intersindical e setores da igreja bancaram um encontro nacional, que foi um sucesso com mais de seis mil representantes. Esse encontro votou um plano de lutas, que levou à mobilização de 23 de maio passado, junto com o MST. A CUT e a UNE, entidades pelegas chapas-brancas, tentaram evitar a mobilização ou que ela se chocasse contra o governo e foram amplamente derrotadas.

Posteriormente, o acordo entre essas correntes permitiu a realização de um Plebiscito Popular durante a semana da independência, que perguntou à população o que ela opinava sobre o pagamento das dívidas externa e interna aos banqueiros, a privatização da Vale do Rio Doce, as altas tarifas de energia elétrica e a reforma da Previdência. Sem qualquer apoio do estado, o plebiscito recolheu cerca de 4 milhões de votos. Os dados seguem sendo apurados e ainda não temos os resultados completos.

Mas duas conclusões já podem ser tiradas. A primeira é que, apesar de todas as dificuldades, o plebiscito foi positivo porque permitiu um esclarecimento das bases para a continuidade da campanha. Conseguir esses milhões de votos, que objetivamente são contra a política do governo, é uma importante vitória.

A segunda conclusão é que, mais uma vez, a CUT e a UNE foram derrotadas, porque queriam evitar o enfrentamento com o governo. Por isso tentaram reduzir o plebiscito a apenas uma pergunta, sobre a Vale (porque foi privatizada no governo FHC). Os resultados preliminares indicam que prevaleceu amplamente o plebiscito com as quatro perguntas, e que tanto a CUT quanto a UNE tiveram um peso muito pequeno na colheita dos votos.

É possível derrotar a reforma

Agora, voltemos à questão da reforma da Previdência. O governo está vacilando em relação a o que fazer com a reforma. Lula fez esse compromisso com a burguesia em sua campanha para a reeleição. A proximidade de uma crise econômica reforça ainda mais a necessidade da reforma para a burguesia e para Lula. Essa é a forma clássica deles resolverem as crises econômicas, jogando seu peso sobre as costas dos trabalhadores.

No entanto, existe a crise política. O mesmo Congresso, ultra questionado pelo episódio Renan, é o que vai ter que votar a reforma. A questão da CPMF já está passando com inúmeros problemas. O que pode acontecer com uma reforma que ataca os direitos dos trabalhadores?

O governo teria que apresentar seu projeto de reforma para este final de setembro, segundo o seu próprio cronograma, já várias vezes anunciado. Os prazos estão vencendo e até agora nada do projeto.

Por outro lado, uma grande marcha sobre Brasília está sendo articulada por Conlutas, Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados), Grito dos Excluídos e Intersindical. Esta marcha pode ter um peso muito importante sobre essa realidade. Caso se consiga realizar uma grande marcha, será possível deflagrar um movimento que pode incidir seriamente nessa crise política.

Caso o governo não consiga apresentar seu projeto de reforma neste ano, e seja obrigado a adiá-la para o ano que vem, enfrentará a dificuldade superior de um ano eleitoral para impor uma reforma impopular.

Está colocada a possibilidade de adiar ou mesmo derrotar a proposta de reforma do governo. Aproveitar a crise política para uma campanha de importância que toque a consciência dos trabalhadores pode decidir uma vitória ou uma derrota do movimento. A marcha sobre Brasília pode deflagrar o início de uma grande campanha que tenha este efeito.

É hora de agir e preparar a marcha de 24 de outubro a Brasília!

CMI

Grito dos excluídos em Porto Alegre

WILSON DIAS/AG.BRASIL

DEPUTADOS APROVAM PRORROGAR CPMF ATÉ 2011

GOVERNO LIBERA VERBAS e realiza favores para aprovar medida. Agora a proposta terá segunda votação na Câmara e depois no Senado.

***YARA FERNANDES**, da redação*

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou no dia 19 de setembro em primeiro turno o texto-base da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 50/07, que prorroga a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) e a DRU (Desvinculação das Receitas da União) até 2011. A proposta foi aprovada com 338 votos favoráveis, 117 contrários e duas abstenções.

TENEBROSAS TRANSAÇÕES

A aprovação foi permeada por inúmeras negociatas feitas pelo governo para garantir maioria. O governo distribuiu cargos, liberou verbas para projetos dos parlamentares, reuniu-se com a bancada ruralista e atendeu a todas as suas reivindicações.

As diretorias do Banco do Nordeste (BNB) e da Companhia Docas de São Paulo (Codesp), que administra o porto de Santos, foram substituídas na semana da votação, distribuídas para aliados de quem votou favoravelmente ao governo.

A reunião do ministro da Fazenda Guido Mantega com representantes da bancada ruralista ocorreu "coincidentemente" no mesmo dia da votação, algumas horas antes. Nela, o ministro prometeu aos ruralistas o rolamento da dívida de R$ 120 bilhões no campo até o fim do ano e a garantia de que 33 mil imóveis de proprietários em débito não serão leiloados. Após a reunião, os participantes foram ao plenário votar sim à prorrogação da CPMF.

Nos três dias que antecederam a votação, Lula destinou R$ 47 milhões em verbas para pagamento de emendas que deputados e senadores fizeram ao Orçamento 2007 (27% do que já foi liberado no ano para emendas parlamentares).

Os líderes da bancada ruralista encabeçam a lista dos principais beneficiados. O governo também liberou mais R$ 1 bilhão em verbas do Orçamento deste ano que haviam sido bloqueadas em fevereiro. Todo ano, o governo corta uma parte das verbas previstas no orçamento, para garantir o superávit primário (economia feita para pagar juros da dívida pública). Mas, no decorrer do ano, se a arrecadação aumenta o suficiente para garantir ou superar a meta de superávit, o governo, portanto, pode liberar aquilo que foi segurado em fevereiro. Neste caso, a "coincidência" é que tal liberação também se deu justamente na mesma semana da votação da CPMF.

> **CPMF E DRU, associadas, são mecanismos para retirar dinheiro do bolso do trabalhador para encher os bolsos dos banqueiros.**

A conclusão da votação em primeiro turno ainda depende da análise de 65 emendas e 10 destaques, para os quais foram marcadas mais seis sessões extraordinárias do Plenário ainda para a semana de 24 a 28 de setembro. Além de concluir esta votação de primeiro turno, a PEC precisa passar por um segundo turno na Câmara e depois por mais duas votações no Senado.

Nada disso será difícil, entretanto, se depender dos esforços do governo, que considera a questão como prioritária. Nas próximas etapas da votação da prorrogação da CPMF e da DRU o que mais o governo vai oferecer aos parlamentares para garantir maioria?

RAZÃO DE TANTO ESFORÇO

Não é à toa (nem em nome das verbas da saúde) todo esse esforço do governo para prorrogar a CPMF. Também não é coincidência que a PEC prorroga não só a CPMF, mas também a DRU.

Desde 1994, a DRU desvincula 20% da receita tributária da União, dando ao governo federal liberdade para usar tais verbas para o que julgar prioritário. Na prática, esta desvinculação serve apenas para usar as verbas públicas para pagar os juros das dívidas interna e externa.

A Desvinculação de Receitas da União já tirou mais de R$ 100 bilhões da área social para pagar juros ao mercado. E a CPMF é parte importante deste montante. No período de 1997 a 2006, do montante de R$ 185,9 bilhões arrecadados com a CPMF, R$ 29,3 bilhões foram desvinculados por meio da DRU.

Em 2006, se para a saúde (que em tese deveria ser o destino da CPMF) o governo destinou R$ 35,45 bilhões, para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública foram R$ 275 bilhões, ou seja, 36,7% do orçamento (Auditoria Cidadã da Dívida). Dos R$ 32 bilhões arrecadados pela CPMF, apenas 40,22% foram para a saúde (veja gráfico).

Isso explica porque a saúde continua com os mesmos problemas, apesar de o governo ter arrecadado R$ 200 bilhões de CPMF nos últimos 11 anos (incluindo o os primeiros meses de 2007). E explica também qual é a prioridade do governo e a razão de tanto empenho nesta votação da Câmara.

Enquanto isso, as filas nos hospitais crescem, há falta de profissionais, equipamentos e medicamentos, e os salários de médicos e funcionários do sistema público de saúde são ridículos. Recentemente, o caos da saúde no nordeste chegou aos noticiários comprovando que é para lá que não vão os crescentes recursos arrecadados pela CMPF.

CPMF e DRU, associadas, são mecanismos para retirar dinheiro do bolso do trabalhador para encher os bolsos dos banqueiros.

SAIBA MAIS — CPMF

Criada pelo governo FHC, a CPMF é um tributo federal de 0,38% sobre operações financeiras. Todo brasileiro que possui conta bancária vê em seu extrato a cobrança da CPMF a cada 10 dias. Um mesmo valor ou produto é tributado pela CPMF várias vezes, a cada movimentação financeira. Esta tributação é repassada para qualquer produto ou serviço que a população consome. Atinge, portanto, mesmo aqueles que não possuem conta em banco.

A Contribuição surgiu sob a desculpa de financiar serviços de saúde, diante da crise do Sistema Único de Saúde (SUS) na época de sua criação. Era para a CPMF ser provisória, mas já dura mais de dez anos. A cada ano, a arrecadação da CPMF cresce. Nos primeiros oito meses deste ano, a CPMF arrecadou R$ 23,7 milhões, o que significa que em 2007 ela deve superar os R$ 32 bilhões arrecadados em 2006.

O MENSALÃO DOS TUCANOS

JEFERSON CHOMA, da redação

Nos próximos dias, o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, apresentará ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma denúncia envolvendo políticos do PSDB. O inquérito investiga o chamado "tucanoduto", o caixa dois da malsucedida campanha do senador Eduardo Azeredo (PSDB) ao governo de Minas Gerais, em 1998. O esquema teria arrecadado mais de R$ 100 milhões entre desvios de estatais e empréstimos, e era dirigido por nada mais nada menos do que Marcos Valério, pivô do escândalo do mensalão que abalou o governo Lula em 2005. Mas antes de prestar "seus serviços" para o governo do PT, Marcos Valério colaborava com os tucanos. O "tucanoduto" foi um esquema piloto do valerioduto nacional.

As provas reunidas na investigação mostram que Marcos Valério obteve diversos empréstimos bancários para simular a origem de recursos repassados para a campanha de Eduardo Azeredo. Os documentos comprovam que em nada menos do que sete ocasiões a campanha de Azeredo recorreu a empréstimos dos bancos Rural, Cidade e BCN.

O caso já era conhecido e explodiu em 2005, logo após o ex-deputado Roberto Jefferson jogar toda a lama do mensalão do governo. Na ocasião, Azeredo, que foi presidente nacional do PSDB em 2005, fez como Lula e disse "não saber de nada". Como José Dirceu, ele também negou qualquer proximidade com Marcos Valério.

No entanto, no inquérito, Azeredo desmente a si próprio quando admite que, no início de 1999, Cláudio Mourão, coordenador financeiro de sua campanha, o informou de um empréstimo de R$ 9 milhões do Banco Rural, repassados por Marcos Valério para o financiamento de sua campanha. Além disso, parte da verba suja despejada na campanha tucana provinha de órgãos públicos do governo mineiro. Pelo menos R$ 5,17 milhões, em valores da época, saíram de estatais via cotas de patrocínio: R$ 1,5 milhão da Copasa, R$ 1,5 milhão da Comig, atual Codemig, R$ 1,67 milhão da Cemig e R$ 500 mil de empresas do grupo Bemge, o antigo banco estadual.

Evidentemente, não foi só Azeredo o beneficiário de todo esse dinheiro. Candidatos que gravitavam em torno da chapa tucana também receberam o caixa dois. Documentos relacionam 159 políticos no total.

Na lista de sujeiras está, inclusive, o nome do atual governador de Minas, Aécio Neves, pré-candidato à presidência. Segundo documento, ele recebeu R$ 110 mil para a sua campanha a deputado federal.

O "DELÚBIO" DO PSDB

O caso também traz novas dores de cabeça para o governo, pois atinge em cheio o atual ministro das Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia (à época coordenador da campanha de Azeredo).

O ministro do governo Lula é acusado de indicar os políticos que receberiam o dinheiro do caixa dois coletado por Marcos Valério. Ele seria uma espécie de "distribuidor", como foi Delúbio Soares no caso do mensalão do PT. Ele também organizou a contratação do publicitário Duda Mendonça e levantou empréstimos no Banco Rural, iguazinho o Delúbio faria anos depois.

JOSÉ CRUZ/AG.BRASIL

Azeredo: sujeira tucana também tinha como pivô Marcos Valério.

UNIDOS PELA CORRUPÇÃO

Se, por um lado, o caso mostra uma pequena parte da lama do PSDB, apenas um "tira-gosto" perto de toda a lama onde chafurdaram os tucanos durante seu governo, por outro, é a demonstração cabal de que PT e PSDB estão unidos na corrupção. A prova mais contundente é o envolvimento dos corruptos "total-flex" Marcos Valério e Mares Guia, que hora estão com os tucanos, hora com o PT. Ambos os partidos têm suas campanhas financiadas por empreiteiras e banqueiros. Ambos, uma vez no poder, governam para esses senhores. E, como se isso não bastasse, ambos têm dirigentes que dizem "não saber de nada".

RENAN NÃO QUER SAIR DE CENA

O empenho do governo para a absolvição de Renan Calheiros (PMDB) custou caro a Lula. Em primeiro lugar, ficou escancarada para toda a população a ação comandada por Lula para livrar a cara do seu aliado corrupto. Além disso, aprofundou o desgaste das instituições da democracia dos ricos, com a imagem do Congresso Nacional atirada definitivamente na lama.

Mas não foi só isso. Renan continua sendo um elemento político de instabilidade. O governo pretendia retirá-lo de cena logo após a sua absolvição no Senado. Assim, atenuaria o desgaste e facilitaria a aprovação da CPMF agora e depois partiria para a implementação das reformas, nomeadamente a da Previdência.

FALTOU FALAR COM A NOIVA

No entanto, só faltou combinar com Renan, que se recusa a sair do cargo. Mesmo com a possibilidade da abertura de novos processos contra ele na Comissão de Ética do Senado, Renan insiste em permanecer na presidência da Casa. Para isso, usa seu velho truque: ameaça revelar os podres de outros figurões da República, como caixa dois, financiamento de campanhas por empreiteiras, entre outras sujeiras. "*Combinaram o casamento, o noivo e o padre, mas esqueceram de falar com a noiva*", ironizou Tião Viana (PT), vice-presidente do Senado.

A artilharia do presidente do Senado não poupa nem os parlamentares que se empenharam em sua recente absolvição, como o próprio Tião Viana. Seu gabinete foi responsável por vazar à imprensa informações sobre uma assessora fantasma de Viana. A funcionária do gabinete dele dá expediente, na verdade, no Diretório Nacional do PT. A denúncia foi publicada no jornal "Correio Braziliense".

Da mesma forma, os assessores de Renan guardam munição contra vários outros senadores, como a senadora petista Ideli Salvatti (PT), outra integrante de sua tropa de choque. Renan considera que o governo não fez mais que sua obrigação em trabalhar por sua absolvição. Afinal, seus serviços prestados ao governo incluem a pizza na crise do mensalão e o abafamento da crise no escândalo dos sanguessugas. Exigir sua saída agora seria, na visão de Renan, uma traição.

No entanto, a base do governo reconhece que o caso Renan é ainda o centro da crise . "*A curto prazo, o cenário é de crise intensa; a disposição de Renan de se manter no comando da Casa causará problemas ao governo*", avalia Viana.

CRISE

A permanência de Renan na presidência do Senado, portanto, vai se revelando uma verdadeira vitória de Pirro ao governo. A votação é emperrada pela oposição e as negociatas com a oposição de direita se encarecem, como no caso da CPMF, cuja aprovação na Câmara se deu em meio a uma intensa troca de cargos e liberação de emendas.

Mais que isso, o próprio Renan Calheiros transforma-se num homem-bomba, pronto a explodir a qualquer movimento brusco do governo, levando consigo boa parte da base aliada.

PAULO CABRAL

DEPOIS DO PLEBISCITO, TODOS A BRASÍLIA

MAURICIO SABINO

DIEGO CRUZ, da redação

Apesar do atraso na apuração e centralização dos votos do Plebiscito Popular realizado entre os dias 1º e 9 de setembro, a estimativa da organização é de que mais de quatro milhões de pessoas tenham votado em todo o país. O atraso da contabilização dos votos reflete as enormes proporções tomadas pela campanha, que mobilizou milhares de ativistas em todas as regiões.

Em razão do atraso da apuração do plebiscito, o resultado da votação será oficialmente levado ao governo nos dias 8 e 9 de outubro.

O boicote deliberado da grande imprensa não impediu que a campanha atingisse um setor de massas dos trabalhadores, tal como uma parte da população em geral. A repercussão obrigou a Companhia Vale do Rio Doce a desencadear uma campanha de marketing a fim de minimizar os estragos em sua imagem.

Além disso, trouxe à tona temas como o pagamento da dívida pública e o problema do controle privado sobre o fornecimento de energia elétrica, questão praticamente desconhecida por grande parte dos movimentos sociais e até mesmo pelos ativistas de esquerda.

‘NÃO’ À REFORMA

No entanto, uma das maiores vitórias do plebiscito foi o avanço da luta contra a reforma da Previdência. A votação ampliou a discussão sobre os perigos da nova reforma preparada pelo governo Lula. Em praticamente todos os locais e setores, a maioria de votos “não” foi justamente na pergunta sobre a reforma, mostrando que a população está se conscientizando sobre mais esse ataque.

Desta forma, o plebiscito foi um importante ponto de apoio às mobilizações contra a política econômica do governo Lula e as reformas, superando o conjunto dos movimentos sociais e atingindo setores de massa da classe trabalhadora e da população.

Congresso corrupto não tem legitimidade para votar reforma

A combinação do aumento da mobilização e da denúncia à reforma, possibilitados pelo plebiscito, além do escândalo de corrupção envolvendo o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), salvo da cassação com a ajuda direta do governo, aprofundaram uma crise interna dos setores governistas, adiando a finalização do projeto de reforma.

Inicialmente previsto para ser levado ao Congresso Nacional no final de setembro, o governo pretende agora finalizar a proposta de reforma no final de outubro ou novembro. O adiamento da finalização do projeto expõe uma crise no Fórum Nacional da Previdência Social, que reúne governo, empresários, e representantes das cúpulas das centrais pelegas e sindicatos.

PARALISIA

O adiamento revela também uma crise interna no próprio governo, que jogou suas fichas salvar Renan e agora enfrenta uma paralisia no Congresso, tendo que lançar mão de liberação de emendas e cargos para votar medidas como a prorrogação da CPMF. Uma reforma que retira direitos dificilmente será aprovada num ambiente de crise. Além disso, caso não consiga colocar o projeto para tramitar ainda neste ano, é improvável que o aprove em 2008, um ano eleitoral.

INTENSIFICAR AS MOBILIZAÇÕES

Tal crise prova que é possível derrotar a reforma. No entanto, mostra também que isso só será possível se intensificarmos a denúncia e as mobilizações contra esse ataque. Isso porque o governo e sua base podem se reorganizar e terão toda a mídia ao seu lado para aprovar a medida, a exemplo do que fizeram com a reforma da Previdência em 2003.

Nesse contexto, ganha ainda mais importância a marcha nacional do dia 24 de outubro. Caso o governo consiga concretizar seus planos, o projeto de reforma estará em vias de ser enviado ao Congresso. É necessário, portanto, explorar a atual crise no Senado, afirmando que esse Congresso declaradamente corrupto não tem a mínima legitimidade para aprovar a retirada de nossos direitos, e colocar o máximo de pessoas nas ruas.

ATUAÇÃO MEDÍOCRE EXPÕE PAPEL DA CUT E DA UNE

As quatro questões definidas ainda durante a preparação do plebiscito foram elaboradas através de um intenso debate entre os setores que organizavam a campanha, como a Assembléia Popular, Conlutas, Intersindical, MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), integrando um amplo conjunto de entidades e movimentos.

No entanto, já definidas as questões, na fase final de preparação, a CUT anunciou que não participaria de um plebiscito com tais perguntas. Recorrendo ao argumento de “unidade”, ao mesmo tempo em que mantinha uma postura autoritária, a CUT praticamente rompeu com o plebiscito para organizar sua própria votação. A fim de poupar o governo, a central decidiu realizar o plebiscito apenas com a pergunta sobre a Vale do Rio Doce, e foi seguida nessa decisão pela UNE.

BOICOTE

Porém, a CUT e a UNE não colocaram o menor peso nem mesmo nessa versão limitada de plebiscito. O número de votos coletados com a cédula da CUT foi irrisório. A atuação medíocre da central comprova que a única intenção da central era impor uma única pergunta ao conjunto do movimento e, não conseguindo, boicotar a votação.

Por outro lado, a baixa votação da CUT reflete também, em alguns setores, o repúdio da vanguarda à manobra da central. É comum o relato de ativistas envolvidos na organização do plebiscito sobre o questionamento das pessoas ao verem uma única pergunta na cédula cutista.

Contudo, a votação expressiva nas quatro perguntas do plebiscito, levadas a cabo pela grande maioria das entidades e movimentos sociais, mostra a derrota dessa política da CUT e da UNE. Além de não conseguirem impedir a votação e o questionamento da política do governo Lula, essas entidades ampliam seu desgaste junto à vanguarda e aos trabalhadores em geral.

> **EM SANTA CATARINA, CUT coletou apenas 7 mil votos, contra 257 mil da Conlutas**

VOTAÇÃO EXPRESSIVA

Alguns estados já fecharam a apuração dos votos. No estado de São Paulo, cerca de 450 mil pessoas votaram nas quatro questões do plebiscito. Perto de 250 mil votaram na cédula com apenas uma pergunta, sendo que destas, apenas 47 mil votos foram coletados pela CUT e UNE.

Já em Santa Catarina, essa diferença é ainda mais gritante. Enquanto o conjunto dos movimentos, principalmente a Conlutas, coletou 257 mil votos, a CUT e a UNE coletaram apenas 7 mil.

No estado de Minas Gerais, outra votação massiva. Mais de 161.600 pessoas votaram no plebiscito com as quatro perguntas.

RESULTADO EM SÃO PAULO

450 mil pessoas votaram nas quatro questões do plebiscito.

250 mil votaram na cédula com apenas uma pergunta, destas apenas **47 mil** votos foram coletados pela CUT/UNE.

TODOS À MARCHA NACIONAL DO DIA 24

A atual crise na formulação do projeto de reforma é causada sobretudo pelo conjunto de mobilizações levadas a cabo durante todo o ano. No entanto, para derrotar definitivamente a proposta de reforma é necessário, mais do que nunca, ampliar a mobilização.

É preciso desde já preparar as caravanas para a marcha a Brasília no dia 24 de outubro, buscando em cada estado os ativistas que estiveram conosco durante o Plebiscito Popular. A reunião da Assembléia Popular (fórum que reúne amplo conjunto de movimentos e entidades), realizada nos dias 22 e 23 de setembro, definiu que a mobilização do dia 24 de outubro cobrará do governo medidas concretas sobre as bandeiras do plebiscito, além de incorporar as demais reivindicações dos setores que organizam a mobilização.

Já estão na organização da marcha Conlutas, Intersindical, Pastorais Sociais de São Paulo e a Cobap (Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas). É preciso que os movimentos e entidades, como o MST, que ainda hesitam, incorporem-se a essa mobilização. Nas regiões, é necessário buscar as bases das entidades, convidando os ativistas à marcha a Brasília.

Torna-se necessário ainda organizar as listas de nomes para a caravana, além das campanhas financeiras para possibilitar uma grande marcha contra os ataques e em defesa dos direitos.

AG.CROMAFOTO

FUNCIONÁRIOS FAZEM FORTE GREVE MAS SÃO TRAÍDOS PELA DIREÇÃO

DA REDAÇÃO

No último dia 13, os trabalhadores dos Correios deflagraram uma forte greve nacional.

DIEGO CRUZ

Foi o ápice de um processo de radicalização que já vinha se dando, fruto da indignação provocada pelos salários miseráveis, as péssimas condições de trabalho e as ameaças de retirada de direitos da direção da ECT (Empresa de Correios e Telégrafos).

REIVINDICAÇÕES

O salário inicial de um carteiro é de R$ 524, sendo que metade dos 110 mil funcionários da empresa recebe salário inferior a R$ 800. Além de melhores condições de serviço, os trabalhadores reivindicavam reajuste de 47,77%, referente às perdas de 1994 a 2007, reajuste linear de R$ 200, a fim de diminuir a enorme distorção existente entre os salários dos funcionários, elevação do piso para R$ 1089,48, entre outras reivindicações, como adicional periculosidade e contratação de novos funcionários.

Com o impasse nas negociações com a empresa, os funcionários dos Correios aprovaram, no dia 12 de setembro, paralisação por tempo indeterminado. Os trabalhadores deram início à maior greve dos últimos anos, que se estendeu por 24 estados, atingindo 28 dos 33 sindicatos da Fentect (Federação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Correios, Telégrafos e Similares).

GREVE NACIONAL

A radicalização da categoria se expressou já na paralisação nacional realizada no dia 23 de agosto, que surpreendeu até mesmo as direções do movimento (Articulação, do PT, e a CSC, do PCdoB). A greve, iniciada duas semanas depois, teve adesão média de 80%, chegando a 95% em alguns lugares, atingindo praticamente todos os setores da empresa.

A forte mobilização impediu de início que a direção impusesse um acordo rebaixado à categoria. No entanto, no dia 19, em reunião realizada entre o Comando Nacional de Greve e a direção da ECT, no TST (Tribunal Superior do Trabalho), foi dado início à operação desmonte da greve. A empresa apresentou um acordo rebaixado em relação às possibilidades do movimento, que foi assumido pelo Tribunal. O acordo previa 3,74% de reajuste, aumento real de R$ 60 para janeiro de 2008 e abono de R$ 500.

O comando nacional rachou e os quatro membros ligados à Articulação e à CSC aceitaram o acordo, espalhando para a imprensa que a greve havia terminado, antes mesmo da proposta passar pelas assembléias de base.

A manobra provocou ainda mais indignação na categoria. Na assembléia realizada em São Paulo, principal base dos trabalhadores dos Correios, os funcionários rejeitaram o acordo e aprovaram a continuidade da greve. No dia 20, o sindicato tentou mais uma vez acabar com a paralisação e foi atropelado por uma verdadeira rebelião de base.

Porém, o boicote sistemático das direções sindicais e a imposição do acordo em boa parte das regiões, especialmente Rio de Janeiro e Brasília, causaram o inevitável refluxo no movimento. Na assembléia do dia 21, a direção do sindicato de São Paulo requisitou a proteção da PM contra os trabalhadores, manobrou, e aprovou o fim da greve com a aceitação do acordo. Tal traição enterrou de vez a greve nacional.

DESGASTE DA DIREÇÃO

A greve dos Correios foi um exemplo de luta e mobilização aos demais trabalhadores, e sua traição prova a necessidade de uma nova direção para a categoria. "*A categoria percebe que lutou, foi guerreira, mas que foi traída por sua direção*", avalia Geraldo Francisco, o Geraldinho, da direção da Fentect pela oposição e da Conlutas. "*O que impera hoje é um grande sentimento de revolta e aumentou a disposição para tirar esta direção do sindicato de São Paulo e construir uma frente nacional de oposição à CUT e à direção da Fentect*", afirma.

O VERGONHOSO PAPEL DO PCO

Desde o início da greve, o PCO cumpriu o papel de fura-greve do movimento, sendo contrário à paralisação e colocando-se à direita até mesmo do PT e da CUT. O partido foi repudiado pela base que, em São Paulo, por exemplo, não deixou que seus militantes falassem nas assembléias. "*Quem está com patrão não fala no caminhão*", chegaram a entoar os funcionários. Em Minas, onde dirigem, foram atropelados pela base, que aprovou greve. Escancara-se, assim, o verdadeiro papel do PCO, partido oportunista travestido de ultra-esquerda.

BANCÁRIOS

APESAR DO IMOBILISMO DA CUT, BANCÁRIOS REALIZAM PARALISAÇÕES

***JUARY CHAGAS**, da redação*

No último dia 20, bancários dos mais diferentes locais do país se mobilizaram para pressionar os banqueiros e o governo a negociarem durante a data-base da categoria, que se iniciou no mês de setembro. Atos públicos, passeatas, protestos e paralisações parciais deram o tom das lutas, que não contaram com nenhum apoio da falida CUT.

Na contramão da história, a Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf), orgânica à CUT, cassou a participação dos sindicatos da oposição dos fóruns da categoria, expulsou seus representantes do Comando Nacional e construiu uma pauta rebaixada, que reivindica 10,3% de reajuste aos banqueiros, ignorando por completo as perdas da categoria, que variam de 30% a 100%.

Ainda assim, os trabalhadores reagem. Em Natal, o Sindicato dos Bancários – que apóia a Conlutas – realizou paralisações parciais nas maiores unidades da capital potiguar. As Agências Centro/Banco do Brasil, Potiguar/CEF e Rio Branco/Itaú ficaram fechadas por uma hora e só abriram às 11 da manhã.

"*A categoria está repudiando os altíssimos lucros dos banqueiros, em detrimento da exploração da nossa força de trabalho. Isto é uma vitória dos trabalhadores, que estão mostrando sua força mesmo com as traições da CUT, que tenta o tempo inteiro enterrar o movimento*", enfatizou Liceu Carvalho, Coordenador-Geral do sindicato.

Como se tudo isso não bastasse, na última negociação com os banqueiros, a Contraf divulgou que "arrancou" um índice de 4,82%. Acontece que, por força da pressão da base, faltou coragem para defender a aceitação da proposta, e por isso, lançou mão de uma estratégia grotesca para desmontar o movimento: suspendeu a plenária nacional que se realizaria no dia 25 e que iria deliberar os rumos de uma greve nacional dos bancários.

"*Mesmo diante das manobras da CUT, os trabalhadores estão demonstrando que há disposição para a luta. A paralisação de hoje foi uma prova cabal disto. A base atropelará as direções pelegas mais uma vez, assim como foi nos últimos três anos*", concluiu Liceu.

(SEGUNDA PARTE)

BOLCHEVISMO E STALINISMO: UM VELHO DEBATE

O ARTIGO ABAIXO foi originalmente publicado na Revista Outubro nº 3 como parte de um debate sobre se o bolchevismo dos primeiros anos da Revolução Russa já trazia em si os elementos que levaram à degeneração stalinista. Por razões editoriais, dividimos o texto em duas partes. A primeira foi publicada na edição passada.

BERNARDO CERDEIRA,
da direção da LIT

Löwy também coloca a identificação entre stalinismo e bolchevismo sob outro ângulo. Concordando que o stalinismo surgiu pelas razões objetivas apontadas por Trotsky e que não é, nem de longe, herdeiro do bolchevismo, Löwy pergunta se os bolcheviques, com suas medidas autoritárias, "facilitaram ou contribuíram", mesmo involuntariamente, para o nascimento do stalinismo.

É importante responder a essa questão, porque quando assinalamos os aspectos objetivos que determinaram a ascensão do stalinismo não pretendemos minimizar os erros dos bolcheviques e muito menos de Trotsky. É verdade que, especialmente, este último cometeu erros importantes ao propor a incorporação dos sindicatos ao aparelho do Estado e a militarização do trabalho. Eram propostas feitas no contexto do desmoronamento econômico do país, após a guerra civil, e com o objetivo de reerguê-lo, mas, se aplicadas, enfraqueceriam a capacidade dos trabalhadores de se defenderem do seu próprio Estado e da possibilidade de burocratização.

Essas propostas foram combatidas por Lênin e rejeitadas pela maioria do Partido Bolchevique. Ou seja, o que se poderia caracterizar como propostas "autoritárias" de Trotsky não foram implementadas pelo partido durante esse período.

Mas, justamente para não esconder esses erros, é preciso que sejamos mais específicos. É preciso colocar a questão de modo mais concreto, tomando, por exemplo, a medida mais discutida: a proibição dos partidos e das frações internas do Partido Bolchevique. Teria este sido um erro que facilitou o caminho para o stalinismo?

ISOLAMENTO

Na verdade, há uma pergunta que precede a anterior: o que teria acontecido à Revolução Russa e à URSS caso os bolcheviques não tivessem tomado essa medida e permitissem que mencheviques e socialistas-revolucionários sabotassem a defesa da revolução? Não é difícil chegar à conclusão de que o resultado da guerra civil teria sido o esmagamento do Estado operário. Mas, mesmo supondo a hipótese absurda de que a ação da quinta-coluna dos partidos traidores não tivesse produzido nenhum efeito, nem assim a ascensão do stalinismo teria sido evitada.

Deveriam os bolcheviques deixar de tomar esse tipo de medidas para não "facilitar" a ascensão de uma burocracia? Trata-se de uma discussão totalmente abstrata do ponto de vista do desfecho de um processo revolucionário. Se o Estado operário fosse destruído pelos exércitos brancos e imperialistas, ou se permitisse que agentes da contra-revolução manipulassem a insatisfação social provocada pela fome, crise econômica e guerra, a revolução seria esmagada. O novo regime político resultante não seria uma ditadura burocrática mas, certamente, uma ditadura burguesa de tipo fascista ou semi-fascista.

As medidas tomadas pelos bolcheviques eram indispensáveis para a defesa da revolução, nas circunstâncias concretas de isolamento do Estado soviético e do atraso do país. Mais de uma vez seus líderes explicaram que, em circunstâncias distintas tais medidas não teriam existido ou teriam tido vida curta. Nos anos 30, Trotsky voltou a defender a necessidade da proibição dos partidos soviéticos no momento em que essa decisão foi tomada, mas assinalou tanto as razões objetivas que levaram a essa e outras resoluções, como seus perigos inerentes: "*Quanto à proibição dos demais partidos soviéticos, esta não é produto de uma 'teoria' bolchevique, mas sim uma medida de defesa da ditadura de um país atrasado e devastado, rodeado de inimigos. Os bolcheviques compreenderam claramente, desde o princípio, que esta medida, complementada posteriormente com a proibição de frações no próprio partido governante, assinalava um enorme perigo. No entanto, o perigo não radicava na doutrina, nem na tática, mas sim na debilidade material da ditadura e nas dificuldades internas e internacionais. Se a revolução tivesse triunfado tão somente na Alemanha, teria desaparecido por completo a necessidade de proibir os partidos soviéticos. É absolutamente indiscutível que a dominação do partido único serviu como ponto de partida jurídico para o sistema totalitário stalinista. Mas a causa deste processo não está no bolchevismo, nem na proibição dos demais partidos como medida transitória de guerra, mas sim nas derrotas do proletariado na Europa e na Ásia*".

Sobre o mesmo tema, Trotsky assinala as hipóteses, esboçadas por ele e Lênin, de alternativas políticas para os anarquistas, mostrando qual seria a postura dos bolcheviques em circunstâncias diferentes das impostas pela guerra e pela destruição econômica: "*Durante o período heróico da revolução, os bolcheviques lutaram ombro a ombro com os anarquistas autenticamente revolucionários. Muitos passaram para as fileiras do partido. Mais de uma vez, Lênin e o autor destas linhas discutiram a possibilidade de conceder aos anarquistas determinados territórios, onde, com o consentimento da população local, pudessem realizar a experiência de abolir o Estado. Mas a guerra civil, o bloqueio e a fome não permitiram dar lugar para tais planos*".

MARXISMO DE HOJE

Os bolcheviques tomaram todas as medidas para defender a Revolução Russa com os olhos postos no desenrolar da luta de classes internacional, especialmente a revolução na Alemanha. Ou seja, esperando que a revolução internacional tirasse a Rússia do isolamento e permitisse a volta de um regime soviético "normal" e não de exceção. Nunca pensaram que seria desejável ou mesmo possível qualquer tipo de desenvolvimento "socialista" num só país.

Mais do que isso, seu prognóstico era que, sem uma vitória mais ou menos rápida do proletariado nos países capitalistas adiantados, a Revolução Russa não sobreviveria. Lênin definiu, assim, o papel da classe operária no poder: "*Tendo conquistado o poder, o proletariado russo tinha inteira chance de mantê-lo e impulsionar a Rússia através da vitoriosa revolução no Ocidente*". No II Congresso dos Sovietes, por ocasião da tomada do poder, Trotsky se expressou no mesmo sentido: "*Se o povo europeu não se insurgir e derrotar o imperialismo, nós deveremos ser esmagados, isto é indubitável. Ou a Revolução Russa consegue fazer eclodir a luta no Ocidente, ou então os capitalistas do mundo inteiro sufocarão a nossa revolução*".

Os bolcheviques defendiam o poder soviético, esperando que a revolução internacional permitisse a correção de problemas, inclusive a burocratização, trazidos pelo isolamento, o atraso e a guerra civil.

Portanto, a pergunta de Löwy tem resposta. Os erros dos bolcheviques, tanto os reais como os supostos, não facilitaram nem contribuíram para o processo de burocratização. Este dependeu do desenvolvimento objetivo da luta de classes, nacional e, principalmente, internacional. O papel subjetivo do partido, decisivo numa crise revolucionária para dirigir a classe operária à tomada do poder, torna-se apenas um elemento a mais na realidade objetiva imediata, incapaz de determinar o curso dos acontecimentos quando a maré da luta de classes se converte em derrotas do proletariado e em refluxo do movimento revolucionário das massas.

A conclusão anterior nos traz a outra: tanto no período de ascenso revolucionário como na resistência ao stalinismo, o bolchevismo demonstrou ser o marxismo desta época de crises, guerras e revoluções. As palavras de Trotsky continuam válidas: "*O marxismo encontrou sua expressão histórica mais elevada no bolchevismo. Sob a bandeira bolchevique se realizou a primeira vitória do proletariado e se instaurou o primeiro Estado operário.*"

Noventa anos se passaram desde a Revolução Russa. Nove décadas marcadas por enormes vitórias e derrotas. Hoje, a vanguarda do proletariado tem pela frente o desafio de recolher a bandeira bolchevique e lutar para avançar de novo, além dos portões abertos pela Revolução de Outubro. A revolução socialista mundial, razão de ser do bolchevismo e da III Internacional, continua a ser a grande tarefa. Por isso, o bolchevismo continua a ser o marxismo do

Trotsky e o exército vermelho

UM ENCONTRO DE RAÇA E CLASSE

DAYSE OLIVEIRA e WILSON H. DA SILVA, *da Secretaria de Negros e Negras do PSTU*

Estão abertas as inscrições para o I Encontro Nacional de Negros e Negras da Conlutas, que será realizado nos dias 2 3 e 4 de novembro, em São Gonçalo, no Rio de Janeiro.

Organizado pelo Grupo de Trabalho de Negros e Negras da Conlutas, o Encontro tem como propósito avançar na organização do setor no interior da própria entidade e dos sindicatos e movimentos filiados a ela e, principalmente, construir um programa de raça e classe na luta contra o governo Lula, o FMI e todos aqueles que implementam ou são coniventes com políticas e práticas que, através da combinação da exploração capitalista e da opressão étnico-racial, é responsável pela manutenção e ampliação do abismo sócio-econômico existente entre brancos e negros.

Para a Secretaria de Negros e Negras do PSTU, a iniciativa do GT da Conlutas é de enorme importância não só por significar uma tentativa histórica de construir um programa (para entidades sindicais e dos movimentos sociais) que combine a luta anticapitalista com o combate ao racismo, mas também por acontecer em um momento em que a construção desse tipo de aliança tem que ser muito mais do que uma "bandeira" ou uma intenção: é uma necessidade objetiva, na medida em que afeta a vida de milhões de trabalhadores.

NA ORDEM DO DIA

Ao contrário dos discursos do governo Lula, dos representantes da ONU e do Banco Mundial e de grande parte das ONG's e entidades que vivem às custas de subsídios e favores dados por estes senhores, o mundo neoliberal e globalizado é essencial e fundamentalmente racista.

É isto que vemos com as absurdas e criminosas leis de imigração que estão sendo discutidas na Europa e nos EUA, na política genocida praticada contra os povos africanos ou na situação em que são jogados os povos "não-brancos" em toda a América Latina.

É verdade que a miséria não é uma exclusividade dos povos "não-brancos". Como também, o racismo não é uma "criação" neoliberal. Contudo, o que não podemos esquecer é que nunca na história da humanidade houve uma combinação tão perversa da exploração de classe com a opressão imposta aos setores mais marginalizados da sociedade. No Brasil, negros e negras conhecem essa história há séculos. Afinal, foram 400 anos de escravidão, quando praticamente tudo foi negado à população negra.

E, hoje, apesar das insistentes e intensas lutas que garantiram as poucas conquistas que tivemos, a situação parece estar retrocedendo para patamares próximos aos do século 19. Assim como estamos certos de que o imperialismo tem um projeto de "recolonização", também acreditamos que isso, para as populações historicamente marginalizadas, significa um aumento ilimitado da exploração em base à opressão racial.

É isso que faz com que a precarização, a "informalidade" e o desemprego sejam 40% maiores entre negros e negras; que o salário da população negra seja a metade do valor pago aos trabalhadores brancos; que as mulheres negras continuem sendo o setor mais pobre e vulnerável da sociedade.

Também é a ideologia neoliberal que faz com que mulheres negras sigam sofrendo com a violência, como foi o caso da companheira Sirlei, espancada pela falsa "gente bonita" da classe média carioca.

Enquanto isso, comunidades quilombolas estão tendo suas terras desrespeitadas, como o Quilombo da Marambaia, no Rio de Janeiro, e a criminalização da pobreza e da população negra gera mais e mais cenas lamentáveis de repressão e assassinatos, muitos praticados por policiais. Basta lembrar das crianças negras sendo assediadas e revistadas nas favelas, o terror provocado pelo "caveirão" e chacinas como as do Morro do Alemão e na periferia de São Paulo.

Essas forças também se voltam violentamente contra a organização e mobilização da juventude negra, como ocorreu recentemente em uma passeata no ABC Paulista e durante os jogos Panamericanos.

E, infelizmente, também não chega a ser surpreendente que a "justiça" dos ricos se coloque a serviço de tudo isso. Recentemente, houve o julgamento do vigilante da empresa "Protege", que matou a queima-roupa o trabalhador Jonas, numa agência do Itaú. O resultado: o vigilante foi absolvido com o argumento de legítima defesa.

Essas situações só devem aumentar com a caça aos direitos que Lula quer promover com suas reformas neoliberais. Essas reformas serão feitas pelo mesmo governo que está à frente de um dos maiores ataques à história da luta negra na atualidade: a ocupação do Haiti, a primeira república negra do mundo.

Por essas e muitas outras, dizemos que o governo Lula não pode ser apenas "denunciado", como os setores governistas fazem em dias de festa. Também do ponto de vista racial, este é um governo que precisa ser combatido.

ORGANIZAR É PRECISO

Uma pesquisa realizada pelo jornal Folha de S. Paulo em 2006 revelou que os setores da sociedade que mais defendem as cotas raciais são os trabalhadores brancos e negros mais explorados. Por outro lado, não é novidade que as cotas para negros nas universidades têm sofrido ataques sistemáticos da grande imprensa controlada pela patronal.

Atualmente, no Rio de Janeiro, corre uma proposta de plebiscito sobre as cotas. Como também, em todo o país, debates envolvendo iniciativas do governo (como o ProUni) têm causado polêmica e dividido os movimentos negros.

Diante de tudo isso, e também do abandono por parte da maioria do movimento negro tradicional das bandeiras históricas da luta anti-racista, acreditamos que o I Encontro de Negros e Negras da Conlutas pode e deve dar um importante passo na organização de todos os setores que hoje vêem a necessidade de apresentar uma perspectiva classista e anticapitalista para o combate ao racismo e aos seus agentes.

A realização do Encontro, na verdade, é a continuidade de um processo que já está em curso desde a fundação da Conlutas. A formação do GT, que reúne ativistas de sindicatos, movimentos estudantis, sociais e negros, foi um primeiro e importante passo. A participação de vários membros do GT na caravana que foi ao Haiti foi uma atividade fundamental nesse caminho.

É muito importante que os sindicatos, movimentos negro, popular e estudantil que estejam comprometidos com a luta contra as reformas e sua combinação com a luta contra o racismo, em defesa dos setores mais explorados e mais marginalizados da classe, organizem a participação dos ativistas de suas diretorias e bases, promovam o debate das teses do Encontro e, desde já, coloquem suas entidades a serviço também dessa luta, que é fundamental para construirmos a sociedade que queremos.

COMO SE INSCREVER:

As inscrições devem ser feitas na sede nacional da Conlutas até o dia 20 de outubro. Poderão participar do evento, como delegados (com direito a voz e voto), representantes de entidades, grupos, minorias e oposições sindicais que reivindicam a Conlutas. Além disso, representantes de entidades que ainda não fazem parte da Conlutas poderão participar como observadores (com direito a voz).

Para viabilizar a organização do Encontro, serão cobradas as seguintes taxas

- Sindicatos do estado do Rio de Janeiro: R$ 35,00
- Sindicatos de outros estados e minorias sindicais: R$ 25,00
- Oposições, movimentos negros e sociais e estudantes: R$ 20,00

LOCAL:
Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Campus São Gonçalo – Faculdade de Formação de Professores.

WWW.PSTU.ORG.BR Artigo na íntegra com pauta e critérios para inscrição de teses.

A DURA REALIDADE DO FUTEBOL BRASILEIRO

O ESCÂNDALO DE CORRUPÇÃO envolvendo o Corinthians e a MSI evidencia mais um triste resultado da mercantilização do futebol

***FRANCISCO SEGUNDO** e **TIAGO FURTADO**, de Belém (PA)*

Nos últimos dias, os brasileiros e, principalmente, os amantes do futebol estão testemunhando algo lamentável no cenário futebolístico do Brasil. A operação Perestroika da Polícia Federal já revelou, através de escutas telefônicas, casos graves de corrupção, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro entre os dirigentes de um dos clubes mais populares do Brasil, o Corinthians, e a parceira do clube desde 2002, a MSI (Media Sports Investment).

A investigação da PF descobriu que a lavagem de dinheiro provinha do pagamento de salários de jogadores em contas no exterior, além do fechamento de negócios com empresas prestadoras de serviços fantasmas. Também estão incluídas nesse esquema as viagens do presidente do clube alvinegro, Alberto Dualib, à sede da MSI, em Londres, objetivando se reunir com os sócios ocultos da parceria corintiana, para trazer recursos de origem duvidosa para o clube. Nessas viagens ele chegou a gastar, inclusive, o absurdo de R$ 500 milhões dos cofres do clube. Mas o pior ainda está por vir.

Desvendou-se também que o verdadeiro dono da MSI é o magnata Boris Berezovsky. Com uma fortuna estimada em cerca de U$ 10 bilhões, Berezovsky é acusado de lavagem de dinheiro público e até mesmo de assassinato na Rússia. Por isso, instalou-se em Londres, para fugir das autoridades russas.

E como já era de se esperar, há indícios de que o governo brasileiro possa estar envolvido nesse escândalo de corrupção, para variar, tendo como principal personagem José Dirceu (ex-ministro da Casa Civil, dirigente da quadrilha do "mensalão"). Dirceu é caracterizado como um lobista acusado, segundo relatórios da PF, de praticar "*trafico de influência, advocacia administrativa e favorecimento pessoal*", tudo isso para que Boris Berezovsky conseguisse se instalar no Brasil na condição de asilado político, prometendo investir na aviação e em energia, além de liberá-lo das acusações da Justiça brasileira. Para isso, Zé Dirceu contou com a colaboração de um grande aliado, Breno Altman, colaborador da Secretaria de Relações Internacionais do PT. Altman foi o responsável por manter contatos com Renato Duprat, representante da MSI no Brasil e principal elo entre a MSI e a direção do Corinthians. Porém, isso é o de menos. Segundo relatórios da PF, Breno manteve ainda contatos com dois altos funcionários do gabinete presidencial: Gilberto Carvalho (chefe do Gabinete Pessoal da Presidência) e José Toffoli (da Advocacia Geral da União), justamente para discutirem sobre o asilo de Berezovsky.

Kia Joorabchian

Boris Berezovsky

Dualib

José Dirceu

BENEFÍCIOS À CARTOLAGEM

Completando esse vergonhoso episódio, o governo Lula está para sancionar nos próximos dias a famigerada "Timemania", uma loteria criada para sanar as dívidas tributárias dos clubes brasileiros, estimada em cerca de 900 milhões de reais. A Caixa Econômica Federal (CEF) estima que a arrecadação inicial da Timemania seja de R$ 500 milhões por ano. A Timemania será uma loteria semelhante à Mega Sena, mas, ao invés de números, o apostador terá os escudos dos clubes. Segundo a lei que cria essa loteira, 46% de sua arrecadação serão destinados à premiação e 25% aos clubes que aderirem à Timemania. O restante do recurso é distribuído para custeio e manutenção (20%), Fundo Penitenciário Nacional (3%), Seguridade Social (1%), Lei Agnelo/Piva (2%) e, conforme requisição em emenda parlamentar, 3% irão para órgãos gestores de esporte (por exemplo, secretarias estaduais) nos 26 estados brasileiros, mais o Distrito Federal. Do percentual destinado aos clubes (25%), os times da série A receberão 65%, os da série B, 25% e os da série C, 10%. Isso quer dizer, que o pagamento das dívidas dos clubes brasileiros com o governo usará descaradamente o dinheiro dos trabalhadores! Isso favorece unicamente a cartolagem, utilizando-se da paixão que os torcedores têm pelos seus clubes para pagar uma dívida criada por esses dirigentes corruptos e que enriquecem às custas dos clubes brasileiros.

DRIBLAR OS PARASITAS

Infelizmente, é essa a realidade do nosso futebol: corrupção, torcidas violentas, cartolagem, enfim a crescente mercantilização do esporte e a pressão das grandes empresas que patrocinam os clubes de futebol. Essas empresas abocanharam a economia brasileira na década de 90 através das privatizações. Com os clubes não foi diferente: a ISL dominou o Flamengo; o Bank of América controla o Vasco; a Nike manda na CBF.

"A regra é clara": quem paga a banda escolhe a música. Hoje o que interessa a esses donos da bola é exclusivamente ganhar todos os jogos, nem que seja necessário comprar os olhos dos árbitros para engordar seus lucros.

Já os jogadores são adestrados unicamente para fazerem dinheiro e se projetarem como produto de exportação. A sede dos cartolas e dos patrocinadores é tanta que os jogadores são submetidos a treinamentos exaustivos devido à grande quantidade de campeonatos, podendo jogar até quatro partidas por semana. Não é por acaso que temos visto a morte de vários jogadores em campo.

Todos esses problemas estão relacionados à sustentação financeira dos clubes, dentro de uma lógica capitalista. Nos gramados não é diferente. Vale tudo para fazer frente aos concorrentes. O mundo futebolístico incorporou tanto a prática mercadológica do capital que a competição existente dentro do mercado passou para as rivalidades entre as torcidas de futebol, causando as mortes e a violência dentro dos estádios.

O investimento dos patrocinadores no futebol visa apenas o retorno lucrativo e não sua verdadeira finalidade, que é proporcionar aos trabalhadores um espetáculo de dribles, jogadas e "arte".

É claro que o futebol às vezes serve para a alienação de muitos trabalhadores, mas só é assim porque a burguesia se apropria dele e o manipula para a dominação da classe trabalhadora e também como mais uma fonte para garantir seus lucros, algo que também ocorre em outros aspectos da vida social. Mas esse grande espetáculo que mobiliza milhões de trabalhadores em todo mundo não precisa de um punhado de parasitas para sobreviver.

O NEGÓCIO DOS MERCENÁRIOS NO IRAQUE

Equipe da Blackwater

JEFERSON CHOMA, da redação

Domingo, dia 16 de setembro. Um comboio atravessa as ruas do bairro sunita de Mansur, em Bagdá, levando diplomatas e funcionários norte-americanos. O comboio é escoltado por militares, mas também por seguranças privados da empresa Blackwater. Sem motivo aparente, os agentes da Blackwater passam a disparar contra pedestres, alegando que eles eram terroristas que montavam uma emboscada. O resultado: pelo menos dez civis inocentes mortos e cerca de outros 36 feridos.

Testemunhas dizem que os agentes de segurança atiraram indiscriminadamente contra civis. "*Ninguém atirou neles, eles não foram cercados por homens armados nem foram alvo de explosão*", disse o iraquiano Hasan Salman à rede norte-americana de TV CNN. Segundo ele, os agentes bloquearam a rua e fizeram sinais para que os motoristas deixassem o local. "*Quando fizemos o retorno, abriram fogo contra os carros*".

O caso provocou a revolta dos iraquianos. O governo fantoche do premiê Nuri al Maliki foi obrigado a retirar a licença da norte-americana Blackwater, uma tímida resposta à indignação causada pelos assassinatos. Mesmo assim, Condoleezza Rice, Secretária de Estado dos EUA, protestou.

Nada foi dito pelo governo iraquiano sobre outras empresas que contratam mercenários para atuar no Iraque. Tampouco se pronunciaram sobre as rotineiras violações aos direitos humanos da população, causadas pelas brutais ações desses mercenários em numerosas ocasiões.

Há muito tempo, como disse Robert Young Pelton, um dos muitos autores de livros sobre a Blackwater, que os agentes de segurança privados "*usam metralhadoras como se fossem buzinas*". Entre dezenas de denúncias, o jornal "The Washington Post" relatou os acontecimentos envolvendo a Blackwater em seis outros incidentes violentos neste ano, que deixaram pelos menos dez iraquianos mortos, entre eles um jornalista.

Como se isso não bastasse, explodiram denúncias de que a Blackwater estaria embarcando armas e equipamentos militares para o Iraque de maneira ilegal, quer dizer, tráfico de armas.

PRIVATIZAÇÃO DA GUERRA

Os recentes assassinatos cometidos pelos mercenários expõem uma questão essencial para a guerra suja de Bush: a crescente presença de mercenários no Iraque.

Nos últimos anos, a presença de mercenários aumentou em proporções assustadoras. Atualmente, entre 100 mil e 130 mil mercenários são empregados em ações na ocupação. Bem mais equipados e com salários maiores, os mercenários já são quase tão numerosos quanto a tropa oficial, que atualmente tem cerca de 160 mil soldados no país.

Os mercenários foram – e continuam sendo – recrutados em antigas agências de repressão que entraram em colapso ou perderam sua importância. São, muita vezes, o tipo de gente que, por exemplo, trabalhou na polícia secreta da África do Sul, órgão cuja função era manter o regime do Apartheid, e até ex-militares chilenos da época de Pinochet.

A maior empresa fornecedora de mercenários é a Blackwater Security Consulting Company, cujo proprietário é o ex-militar e religioso conservador Erik Prince. O dono da Blackwater mantém relações muito próximas ao poder.

Na última campanha presidencial dos EUA, Prince foi um dos maiores doadores de Bush, segundo o "Wall Street Journal".

Erik Prince foi recompensado pela sua "generosidade". Atualmente, sua empresa tem perto de US$ 800 milhões em contratos com o atual governo. O empresário chegou a dizer que a Blackwater é "*o Fedex dos Exércitos*": "*Quando você tem pressa, não usa o correio normal, mas o Fedex. Nossa meta é ser o equivalente para o aparato de segurança nacional*", disse.

No site da Blackwater, sem constrangimentos, está exposto o lema da empresa: "*to support security, peace, freedom, and democracy everywhere*" ("*para suporte da segurança, paz, liberdade e democracia em todos os lugares*").

UMA PRESENÇA FUNDAMENTAL

O "negócio de mercenários" é, sem dúvida, um dos mais promissores da indústria bélica.

Esse contingente extraordinário, não só é importante para assegurar os "negócios" de empresários dos EUA na região, como é essencial para manter a ocupação norte-americana. Para manter sua guerra, Bush não pode prescindir das tropas mercenárias. Isso porque o serviço militar não é obrigatório nos EUA desde 1973, após o país amargar a derrota no Vietnã . Essa "falta" de soldados para cobrir os objetivos militares no Iraque e Afeganistão, para proteger os negócios dos investidores imperialistas, criou esse suculento negócio da guerra. Segundo o documentarista Nick Bicanic, autor de Shadow Company (A companhia fantasma), filme inédito no Brasil que denuncia a ação desse tipo de empresa, "*nos meses após a queda de Saddam Hussein, os documentos colocam os números perto de 20 mil pessoas. Agora, superam 100 mil*".

IMPUNIDADE

Foi realizado de tudo para facilitar a ação repressiva dos mercenários. Logo após a ocupação, foram criadas leis no Iraque para que eles atuem na mais completa impunidade. Os mercenários são apenas regulados pela "Ordem 17", assinada por Paul Bremer (funcionário de Bush que administrou o Iraque após a queda de Saddam) em junho de 2004, que os exime de serem julgados no Iraque por qualquer crime cometido. Se os militares norte-americanos, que respondem ao código de conduta do Pentágono e estão sujeitos às Convenções de Genebra, comentem toda ordem de crimes bárbaros e torturas (vide Abu Ghraib), pode-se imaginar o que fazem os mercenários protegidos pela total impunidade.

Aqui, mais uma vez, pode-se ver o envolvimento dessas empresas com a Casa Branca. Quem ajudou Bremer a promulgar essa lei foi nada menos do que Lawrence T. Peter, que preside atualmente a Private Security Company Association of Iraq, associação que reúne 50 empresas de segurança privada. Lawrence é também consultor do Pentágono na confecção de contratos a serem seguidos pelas mesmas empresas.

Apesar dos discursos do fantoche governo do Iraque, seria impossível manter a ocupação militar e, por conseguinte, a sustentação do próprio governo iraquiano, sem a presença dos mercenários no país. Mesmo assim, Bush continua se afundando cada vez mais, agora com seus mercenários.